

Pronunciamento do governador Aécio Neves
Evento: Abertura do Ciclo de Debates Minas Combate a Crise
Local: Expominas - Belo Horizonte
Data: 14/04

Fornecido pela assessoria de imprensa do governador

Já vivemos, há algum tempo, crises econômicas internacionais graves.

Somente nos anos 90, passamos por três delas - a crise mexicana, a russa e a asiática. Todas elas infligiram perdas ao País. Mas é importante fazermos essa consideração pretérita para situarmos essa crise em um outro patamar. Esta é certamente imensamente mais grave, muito mais profunda, tem natureza muito mais complexa, além disso, a sua extensão ainda não é claramente conhecida por ninguém aqui e mesmo em outros centros econômicos.

No cerne de sua raiz entendo que está a ruptura da credibilidade e da confiança, pilares do bom funcionamento das relações de mercado.

Esse também não é um fenômeno novo. Já no início desta década, os episódios da Enron, do WorldCom, foram, de alguma forma, indicadores da ausência de controle - e principalmente, da ausência de ética - nas operações nos mercados de capitais.

Quero enfatizar este ponto: as instituições são importantes e as leis têm um papel relevante no ordenamento dos mercados, mas não são, necessariamente, suficientes. É a confiança mútua que solidifica as relações de mercado e garante sua estabilidade.

Uma resposta à crise deste momento é, sem dúvida, o reforço à consolidação da responsabilidade, da transparência e da prestação de contas nas relações de mercado, no governo e entre os setores público e privado.

Meus amigos, diferentemente do que se diagnosticou inicialmente, esta crise não está circunscrita apenas ao mercado financeiro.

Ela se estende por todos os mercados, atinge o lado real da economia e afeta todos indiscriminadamente todos países, mesmo que em números diferentes. É uma crise global. Primeiro, financeira. Depois econômica. E agora vai se transformando em gravíssima crise social.

Desta forma, seu enfrentamento exige ações coordenadas em campos diversos, no âmbito internacional e doméstico.

Do ponto de vista internacional, volto um pouco ao passado. Diferentemente da Conferência Econômica Internacional de 33, dos líderes do Atlântico Norte, que resultou no aprofundamento do protecionismo e na ausência de soluções para a crise de 29, levando o mundo a uma depressão sem precedentes e, indiretamente, à segunda guerra mundial, a recente reunião do G20 indicou um elevado grau de consenso na busca de soluções no âmbito internacional. Algo novo até aqui para todos nós. São sempre bem vindos os indicadores de compromisso com o livre comércio e de apoio às instituições multilaterais e a perspectiva da construção de uma nova arquitetura financeira internacional.

Promissor também é o fato de que agora, diferentemente de 33, o grupo de países tendo acento, voz e voto, é maior. A presença agora de nações emergentes como Brasil, México, Índia e China representa um maior equilíbrio entre as nações e mais legitimidade às decisões tomadas de forma coletiva.

Apesar de nenhuma das crises internacionais ter tido seu epicentro aqui, elas sempre foram especialmente danosas para o Brasil e sua economia emergente, no momento em que o país não havia consolidado os fundamentos que pudessem representar salvaguardas mais consistentes em momentos de forte instabilidade.

Passamos por todas as crises e creio que, de alguma forma, aprendemos com elas. Estamos mais bem preparados do que no passado para enfrentar problemas de tal magnitude, graças a esforços que vêm sendo feitos há muitos anos.

Lembro, por dever de justiça, o programa de estabilização de nossa economia, iniciado na gestão do Presidente Itamar Franco, com a implantação do Plano Real. Bem lembrado aqui pelo presidente Alberto Pinto Coelho.

Cito as reformas econômicas realizadas no período Fernando Henrique. O câmbio flutuante e as metas inflacionárias. Lembro o tão injustamente combatido PROER. E, de forma muito especial, o marco do ajuste fiscal brasileiro, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas também, com o mesmo senso de justiça, foi também fundamental a continuidade dos compromissos com a estabilidade econômica, assumidos pelo governo Lula, e que tiveram em Vossa Excelência, presidente Henrique Meirelles, o seu maior fiador.

Hoje, como resultado dessas medidas e dos novos fundamentos incorporados à realidade da economia brasileira, mas também de um dos mais expressivos ciclos de prosperidade internacional nesta entrada do novo século, alcançamos um patamar inédito em reservas, uma nova relação entre dívida pública/PIB e a ausência de dívida pública em moeda externa.

Tenho lamentado, sempre, que não tenhamos aproveitado, como deveríamos e como era possível, este ciclo de prosperidade poucas vezes visto na história, para fazermos o que era preciso ser feito no País. É fundamentalmente em torno das reformas estruturantes.

Basicamente aproveitamos as boas oportunidades para economias emergentes, geradas pela expansão do mundo. Mesmo assim, crescemos menos que a média dos países emergentes. Durante um bom tempo, disputamos o fim da fila com economias muito mais frágeis que a nossa, como o Haiti.

Nos dois últimos anos, reagimos, reequalizamos o nosso posicionamento e passamos a crescer e exportar mais e melhor, respondendo à forte demanda internacional e os melhores preços das commodities.

Fomos colhidos pela crise exatamente no ápice dessa retomada. Registramos, então, uma queda expressiva do PIB do quarto trimestre do ano passado - o maior desde a derrocada do Plano Collor.

Demoramos a perceber a diferença entre uma marola e um tsunami. Quando acordamos para ele, quase um milhão de empregos já havia evaporado no Brasil em decorrência da queda de produção.

Mas a grande questão é: que saídas temos agora?

Não há como, mais uma vez, deixar de pontuar a necessidade de melhorar a gestão pública, como um todo. Gastamos demais com os governos e quase sempre não há recursos suficientes para os investimentos, esses que justamente fazem a roda da economia rolar.

Vejam os senhores, apenas um dado, que as despesas com o custeio, nos últimos seis anos, cresceram cerca de 74%, contra um crescimento do PIB de 28%.

Se conseguirmos arrecadar mais e melhor, patinamos nos investimentos, que não alcançam sequer 1% do nosso PIB. Aqueles que agora estão curso, como os previstos no âmbito do PAC, e torcemos para que se consolidem, porque é um programa fundamental para apoiar a recuperação da economia nacional, precisam ganhar mais agilidade e realismo. E esse patamar só pode ser alcançado se tivermos coragem de descentralizar e compartilhar a gestão com estados e municípios.

Em tempos de crise, há os que defendem uma drástica redução geral da carga tributária, visando manter volume maior de recursos com o setor privado, o que, em tese, garantiria mais investimentos em contexto de desaceleração da atividade econômica. Ou mesmo isenções tributárias para setores específicos, face ao caráter geral da crise.

Não parece mais haver dúvida de que temos pela frente o dever de fazer uma reforma tributária completa, profunda e efetiva. Afinal, repetimos a cantilena, ano a ano, governo após governo, crise após crise: temos uma das maiores cargas tributárias do planeta e hoje trabalhamos com a maior carga tributária de toda a nossa história! É evidente que essa é uma importante barreira ao avanço do crescimento econômico como um todo e ao desenvolvimento social, como consequência.

Mas como se não bastasse trabalharmos subordinados à uma carga tributária enorme, adiciona-se a ela a maior concentração de impostos, em nível federal, de toda a história da República!

O que nos remete, automaticamente, à uma concentração de decisões e poder no governo central. E a uma debilidade cada vez mais flagrante das demais esferas de governo.

Por si só esse fenômeno já mereceria uma ação reformadora, mas há, ainda, o claríssimo e inquestionável desequilíbrio imposto pela constituição de 88, entre responsabilidades e direitos, considerando-se o papel dos entes federados - a União, os estados e os municípios.

Por tudo isso, mais que uma necessária e óbvia reforma tributária, precisamos nos haver com uma tarefa muito mais densa e difícil: repensar o pacto federativo, para reconstruirmos a base sobre a qual um novo sistema tributário funcionaria coerentemente.

Cito o exemplo recente, até dos dias de hoje, quando assistimos, e com alegria, algumas medidas do governo central em socorro aos municípios. Poderíamos, numa nova configuração, numa outra conformação da nossa federação, estarmos vendo os municípios não em condições extremamente precárias a buscar o auxílio da União, como tem feito muitos estados, mas poderíamos estar vivendo o contrário: os municípios e os estados capitalizados, em condições de fazer os investimentos públicos que ajudariam a complementar a diminuição dos investimentos privados.

Isso significa, basicamente, considerarmos as razões para um profundo processo de desoneração; de desconcentração de impostos e decisões; de descentralização de programas, projetos e ações; de racionalização dos gastos; de redefinição de papéis e prioridades e a adoção do cada vez mais imprescindível processo de controle de resultados sobre a ação do poder público no País. E me orgulho muito em dizer que Minas está na vanguarda desse processo.

No fundo, trata-se de impedir a sobreposição de papéis que hoje ocorre a todo instante entre os entes federados; de melhorar a qualidade dos gastos públicos, aproximando as decisões da sua realidade; conter desperdícios enormes e injustificáveis e também certamente construirmos novas barreiras à corrupção endêmica.

No entanto, essa grandiosa tarefa não pode ser realizada sob a égide da crise, porque fatalmente seria comprometida pelo imprevisto e pelas circunstâncias conjunturais.

Reformas improvisadas, quase sempre, resultam em privilégios e distorções da estrutura produtiva e dos preços relativos. Essa é tarefa de fundo, que nos remete, a todos, a um outro patamar: ao país que queremos, que sonhamos e estou certo, vamos construir um dia...

Senhoras e senhores,

Entendo que, neste momento e em curtíssimo prazo, não há outro caminho senão unir nossos esforços para estimular o retorno da economia brasileira ao seu curso de crescimento.

Nossa preocupação central deve ser com o emprego sempre: a manutenção e a geração de empregos.

Isso se faz oferecendo os estímulos corretos à ação da iniciativa privada para que novos investimentos sejam feitos. O que temos buscado fazer em Minas Gerais.

Entendo que o governo federal e governos estaduais podem fazer muito mais em ações coordenadas.

Por exemplo, me permitam trazer aqui uma nova sugestão à reflexão de tantos que participam desse debate. Há atualmente oportunidade para a revisão do pagamento das dívidas estaduais com a União, sem abrir mão, um centímetro sequer, dos pilares da lei de responsabilidade fiscal. Com a queda na taxa de juros pode-se rever o fluxo de amortização das dívidas estaduais.

O que tenho proposto e já fiz isso pessoalmente ao presidente da República, e essa seria uma alternativa, poderia ser dirigir, retornar aos estados, parte dos 13% da receita corrente que os estados transferem à União para investimentos em infraestrutura nos próprios estados, coordenados conjuntamente com a União.

Imaginem o impacto, por exemplo, sobre as rodovias federais se um programa como esse fosse implementado.

Cumprindo os nossos compromissos com a União, como temos feito, mas uma parcela deles poderia retornar aos estados para esses investimentos.

Aumentaríamos, simultaneamente, a eficiência da economia, salvaríamos vidas que se perdem a todo dia nas nossas estradas e em Minas, em especial, por termos a maior malha federal desse País, mas, fundamentalmente, geraríamos mais empregos e renda.

Outro exemplo: em Minas temos um fundo para investimento em infraestrutura urbana e saneamento nos municípios mineiros que monta, presidente Henrique Meirelles - e para esse ponto chamo a atenção especial de Vossa Excelência - a cerca de R\$ 400 milhões. O BDMG está, infelizmente, impedido de aplicar esses recursos pela Resolução 2827/01 do Conselho Monetário Nacional.

As razões para esse impedimento não prevalecem nos dias de hoje. Tanto que muitas exceções já foram concedidas pelo Conselho Monetário Nacional para programas do BNDES e do Ministério das Cidades. Sua liberação, nesse instante, teria impacto direto na geração de emprego e renda nos municípios mineiros e, também, nas condições sociais do estado, principalmente da saúde.

É inacreditável e difícil de explicar que esses recursos estejam hoje depositados no BDMG e, por resolução do Conselho Monetário Nacional, não podem chegar aos municípios mineiros.

Da mesma forma existem inúmeras oportunidades para novas parcerias entre o setor público e o setor privado.

Apenas para citar um singelo exemplo e o cito por ser mais recente, ainda há poucos dias assinei com a USIMINAS um protocolo de intenções pelo qual aquela empresa se compromete a ampliar seus investimentos em nosso Estado. Várias outras empresas já reconfirmaram suas intenções em manter aqui seus programas de investimentos.

Tenho orientado o BDMG para que amplie suas aplicações nas médias, micro e pequenas empresas e que vá ao interior do estado - não aguarde comodamente aqui a movimentação do setor produtivo do Estado - para financiar a economia real. Estou seguro de que esses esforços, que já começaram a ter impacto, terão impactos ainda mais significativos na geração de emprego e renda em várias partes de Minas Gerais.

Senhoras e senhores,

Entendemos todos a gravidade da crise e as incertezas que temos pela frente.

Mas entendo também que nesses tempos, a criatividade e a ousadia nos permitem sempre buscar novas oportunidades.

Sei que à essa geração de gestores públicos estão reservados desafios enormes para a construção de uma nova era, valendo-nos do que nos foi legado.

As bases da democracia e da estabilidade tão duramente conquistadas estão à nossa disposição.

A agenda da crise não é - e nem dever ser - apenas e tão somente a agenda da crise.

Pode ser, para todos nós, a agenda de um tempo novo.

Um tempo novo que só será real, se o construirmos juntos, com determinação, com coragem, com generosidade.

Estamos, nós brasileiros, entre as 10 mais importantes economias do mundo, hoje.

Temos a quinta maior população. E o oitavo mercado consumidor do planeta.

Produzimos como nunca. Criamos tecnologias novas, que podem formar a mais importante matriz energética do futuro. Novas e promissoras fronteiras se abrem agora em biotecnologia, genética, softwares e eletroeletrônicos. Temos cada vez mais empresas de classe mundial. E uma consciência nova sobre o que ainda devemos fazer, para alcançar rapidamente um novo patamar de desenvolvimento, em especial desenvolvimento sustentável.

Entendo, senhoras e senhores, que neste ponto em que estamos, tudo começa e termina na educação, base necessária para o aumento da produtividade, condição fundamental ao crescimento econômico, e para a redução das desigualdades sociais e aumento da bem estar da população, razão última daquilo que chamo de desenvolvimento sustentável.

Só ela, a educação, nos levará a ter um lugar no "mundo novo", um mundo movido, cada vez mais, pelo conhecimento e a sustentabilidade.

Ou nos preparamos para estar à altura dele, ou nos conformamos em continuar adiando os nossos melhores sonhos indefinidamente, tragados por novas décadas perdidas e oportunidades sepultadas...

Não é, senhoras e senhores, o nosso destino.

Mas é certamente o nosso desafio.

Senhores, senhoras, senhor ministro Henrique Meirelles,

O que posso assegurar é que Minas mais uma vez não faltará ao Brasil. Faremos ou já estamos fazendo a nossa parte. Esperamos que os outros façam o mesmo.

Muito obrigado!